



# Kriolidadi

Parte integrante do Jornal A Semana • Sexta-feira, 13 de Maio de 2005



## Ruínas da nossa

## memória





# Ruínas da nossa memória

Património



É uma luta travada silenciosamente entre proprietários e Estado. Uma batalha cuja face visível são casas classificadas como património histórico ou cultural votadas ao abandono. É que se a lei por um lado obriga os proprietários destes imóveis a preservá-los mediante determinadas condições, por outro não define um sistema claro de medidas compensatórias. No meio da discussão sobre como ultrapassar os conflitos entre interesse público e privado, as casas que guardam a memória do país entram em estado de ruína.

É uma casa térrea amarela, em frente ao Hospital Agostinho Neto, na Praia. A pintura está a descascar. As portadas de madeira estão fechadas, alguns vidros foram partidos. O telhado desabou há muito. A porta de entrada transformou-se num cabide de roupa que as vendedeiras tentam despachar. Mais um pardieiro, diríamos, numa cidade cheia deles, não fosse esta casa antiga ostentar, na sua decadência, o pomposo título de património histórico.

Não vive ninguém lá, agora. A porta está trancada com um cadeado porque, como diz um dos herdeiros do imóvel, Aquilino Camacho, “já estavam a entrar lá para dentro toxicodependentes e pessoas que não tinham lugar para passar a noite”.

Que o imóvel estava classificado como património histórico soube-o meramente “por acaso”, como conta Camacho: “A nossa casa é uma parte de um edifício maior que foi dividido em duas parcelas. Aqui há uns anos, quando quis, em conjunto com o dono da outra parte, deitar abaixo toda a casa original a Câmara Municipal recusou terminantemente. E porquê? Porque sem termos sabido de nada, todo o edifício tinha sido considerado património”.

Ao dirigir-se ao Plano de Salvaguarda do Plateau - gabinete autónomo da CMP que geriu o património do centro histórico da Praia de 1991 a 2000 - foi então informado de que aquele edifício tinha sido o primeiro hospital da cidade. “Se me apresentaram esse argumento, então também tinham que dizer que ali esteve instalada a primeira igreja dos Nazarenos”, ironiza Aquilino Camacho.

A demolição do edifício tinha como propósito último “a construção de um hotel de luxo”, adianta. Perante os entraves ao projecto, este proprietário tentou então negociar uma alternativa com a CMP, que passaria pela troca da casa por um terreno na Achada de Santo António. As negociações estenderam-se desde o mandato de Jacinto Santos até ao de Felisberto Vieira, mas acabaram por cair em saco roto. “O actual presidente até se mostrou sensibilizado pela questão, mas mesmo assim não foi possível concluir nada”, lamenta.

Uma posterior visita de técnicos da CMP à casa determinou, por fim, o total desinteresse da família pelo imóvel. “Queriam que o recuperássemos, com os nossos próprios meios e sem qualquer ajuda”, conta Camacho. A partir daquele momento o edifício começou a deteriorar-se de forma acelerada. Até ao dia em que o tecto desabou. “Felizmente a minha irmã, que vivia lá, não estava em casa quando isso aconteceu”, desabafa.

O resultado está agora à vista. Uma casa considerada património, a apodrecer aos poucos. E como garante Aquilino Camacho, “nós não vamos recuperar coisa nenhuma, porque classificaram-na sem nos dizerem nada e sem nos oferecerem qualquer tipo de contrapartidas”.

Qual seria então a solução? “Autorizar a demolição e a construção de um imóvel novo e pôr uma placa no sítio a dizer que naquele lugar esteve o primeiro hospital da Praia”, responde. “Entendo que é importante o país preservar a memória, mas é preciso sobretudo mudar a legislação referente à forma como classificam as casas privadas”.

## Associação dos Proprietários na forja

Também não sabia que vivia numa casa classificada até um curto-circuito ter provocado um pequeno incêndio num dos quartos. Silvano Barros, que vive na outra metade da casa



## KRIOLIDADI



que era o antigo hospital da Praia, conta que só depois do curto-circuito foi informado de “*que não podia fazer qualquer alteração na casa*”, porque a lei não o permitia. Enquanto não chegava a autorização dos técnicos da CMP para o início das obras, Silvano Barros ficou sem luz nos quartos “*por quatro semanas*”, conta.

Ao contrário da família de Aquilino Camacho, este proprietário ainda reside na casa. No entanto, aponta que a forma como a classificação dos edifícios é feita actualmente deixa os donos de mãos e pés atados. Por isso, nota, “*há muitas casas no Plateau a ruírem porque quem lá vive prefere ir-se embora a ter que arcar com todas as despesas*”. Para Silvano Barros, uma vez que “*as casas são antigas e não estão adaptadas aos tempos de hoje*” é normal que os proprietários queiram fazer alterações nos edifícios. No entanto, quando as tentam fazer “*vêm-se cercados por limitações e imposições*”.

Para a nossa fonte, a lei do património “*começou mal desde o início*”. Isto porque “*nunca contemplou a opinião dos donos das casas que foram classificadas património*”. E todos os contactos que manteve com as entidades municipais e com o Estado, afirma, “*foram sempre em vão*”. “*Nunca me deram as respostas que queria, estavam constantemente a remeter-me de um lado para o outro, da Câmara para o Ministério da Cultura, do ministério para a Câmara*”.

Por esta razão tem agora na forja uma associação dos proprietários de prédios considerados património histórico ou cultural. Ainda em estado embrionário, esta organização deve dar-lhes a voz que tanto reivindicam. Porque como diz Silvano Barros, “*o plano de classificação do património nunca irá para a frente se quem de direito não tiver em conta a nossa opinião*”.

Para além de um maior envolvimento dos proprietários nas decisões relativas à classificação dos imóveis, Silvano Barros defende também uma mudança legislativa que permita fazer uma nova avaliação do que é o património. “*Precisamos de ter um sistema de compensações e, acima de tudo, saber quais os critérios que estão na base dessa classificação, porque há prédios de vários andares construídos no lugar onde antes havia casas iguais às nossas*”, aponta.

### Exercício de equilíbrio

É exactamente esta confrontação directa entre interesses públicos e privados que faz António Jorge Delgado afirmar que “*esta é uma área muito sensível*”. Para o arquitecto com formação na área do património, “*embora seja consensual que o Estado tenha que cumprir o seu papel na preservação do património, o proprietário nunca pode ser lesado, porque não é justo que carregue sobre os seus ombros o encargo de um bem que pertence a toda a sociedade*”. Este “*peso*”, nalguns casos, “*pode ser realmente difícil de suportar pelos herdeiros e ditar o abandono do imóvel*”, diz. Mas como aponta também, “*noutros casos a deterioração propositada deve-se a interesses económicos subjacentes*”.

Para evitar situações como esta, o antigo ministro da Cultura defende que a classificação do património “*tem que ser negociada, caso contrário será uma decisão unilateral do Estado, atentatória de todos os princípios democráticos*”.

Mas há também o outro lado. António Jorge Delgado considera que “*a classificação de um imóvel não deve representar um prémio para o seu dono, mas uma responsabilidade acrescida*”. Tanto mais que, como diz, “*a classificação do património aumenta o valor do imóvel, saindo os proprietários a lucrar com isso*”. Desta forma, afirma, “*não é legítimo que o Estado arque com todo o peso do património*”, porque seria “*incomportável a nível económico*”. E assim, “*de orgulho, o património passaria rapidamente a maldição*”, realça.

Por isso defende uma solução intermédia, que apele à responsabilização de todas as partes envolvidas. “*Se um edifício de grande valor arquitectónico precisa de uma intervenção de fundo, o Estado tem por obrigação pagar a recuperação dos elementos que tornam esse imóvel especial - pintura, materiais, decoração, um torneado de madeira, entre outros. As intervenções consideradas normais, essas sim, deverão ser suportadas pelo proprietário*”, explica.

Criar linhas de crédito especiais e a autarquia compensar os proprietários, atribuindo-lhes terrenos em outros pontos do município são, assim, algumas das soluções que António Jorge Delgado defende como as mais viáveis para a resolução dos conflitos. No que toca ao ramo comercial,

por exemplo, o arquitecto aponta que uma solução possível seria a atribuição ao comerciante de um novo estabelecimento, caso este esteja impossibilitado de acrescentar mais alguma área à sua loja.

No entanto, para que estas medidas se efectivem, tem que haver “*uma decisão política que vá nesse sentido, porque nenhuma medida compensatória está prevista na lei nem nos regulamentos municipais*”, nota.

Para além da alteração da legislação sobre esta matéria, António Jorge Delgado aponta também a necessidade de se dotar o sistema de outros instrumentos. “*Só a concretização dos planos de urbanização e de um inventário do património cabo-verdiano permitiria agir de uma forma coordenada e lógica na questão da classificação do património*”, conclui.

### Mudar a lei é preciso

A revisão da legislação do património parece ser uma necessidade que reúne o consenso dos vários agentes culturais do país. Numa mesa-redonda ocorrida no passado dia 28 de Abril, onde se discutiu entre outros assuntos esta questão, o presidente do Instituto de Investigação e Promoção Cultural, Carlos Carvalho, mostrou-se também convicto da “*necessidade de actualização da lei sobre a classificação do património*”, como forma de “*definir os deveres que o Estado tem para com os proprietários ou herdeiros dessas casas*”.

Na mesma linha, o presidente da Câmara Municipal da Praia defendeu também a “*definição de um quadro de compensações às famílias que vivem em casas que têm um alto interesse patrimonial*”. Felisberto Vieira admitiu que a autarquia confronta-se frequentemente com situações em que “*as pessoas querem reconstruir ou restaurar as suas casas, ou vendê-las a um preço acessível ao mercado e pura e simplesmente não podem*”. No entanto, não foram adiantados que passos concretos as autoridades têm que empreender no sentido de efectivar estas recomendações.

As posições do Estado, organismo responsável pela classificação do património, serão abordadas no próximo número de **Kriolidadi**.



## KRIOLIDADI

# Agenda Cultural



Paul Claudel (1868-1955) e Saint-John Perse (1887-1975, foto) tiveram em comum uma brilhante carreira diplomática e nas Letras que lhes rendeu, respectivamente, a entrada na Academia Francesa de Letras e o Grande Prémio Nacional das Letras. Com o objectivo de dar a conhecer o trabalho desses dois escritores o Centro Cultural Francês da Praia promove uma exposição, de 17 a 28 de Maio.



Maria de Barros apresenta o seu disco "*Dança ma mi*" hoje, 13, na cidade de Orlando e amanhã, 14, em Tampa, ambas urbes do estado da Flórida. A cantora cabo-verdiana, considerada pela revista afro-americana como a melhor voz world music de 2004, vai domingo 15, à conquista de Guadalupe, nas Antilhas Francesas.



Lura actua a partir de hoje, 13, e até o dia 15, domingo, no Ollinkan International World Cultures Festival. É Cabo Verde presente no encontro de culturas do mundo, que tem lugar no mítico país dos maias e aztecas, o México.



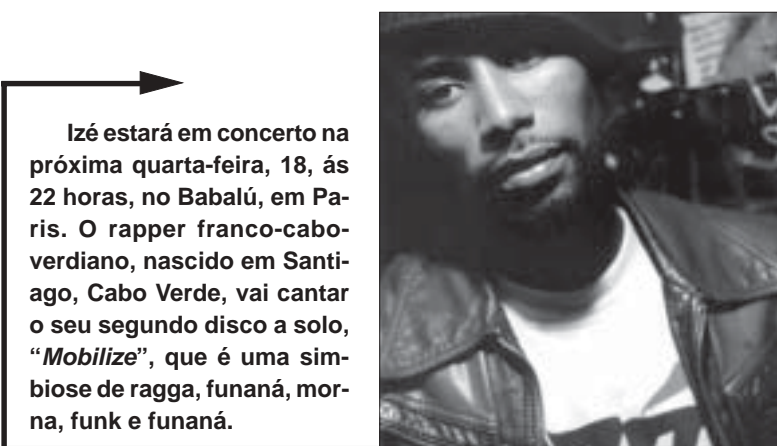
A história da Praia vai ser levada à tribuna, no Arquivo Histórico Nacional. O património e a história da cidade capital e a literatura inspirada em Praia Maria são os tópicos desta discussão promovida pelo Instituto do AHN. A sessão de inauguração de "*Praia Capital - Ontem e Hoje - Um Olhar Histórico*" está marcada para as 9 horas de segunda-feira. O debate termina na quarta-feira.



Até 16 de Maio, no Centro Cultural do Mindelo, pode apreciar uma exposição de obras de fotografia, banda desenhada, música, poesia, vídeo e cinema dos vencedores do Certame Macaronésico de Jovens Artistas dos últimos quatro anos.



"O ensino do francês em Cabo Verde" é o tema de uma conferência que Cláudia Silva (directora do ensino primário e secundário) e Arlindo Barreto (professor do ISE) ministrarão no dia 18, quarta-feira, às 18h30, no CCF. O estado do ensino da língua francesa, medidas a tomar para a sua melhoria são algumas das questões que serão levantadas nesse encontro.



Izé estará em concerto na próxima quarta-feira, 18, às 22 horas, no Babalú, em Paris. O rapper franco-cabo-verdiano, nascido em Santiago, Cabo Verde, vai cantar o seu segundo disco a solo, "*Mobilize*", que é uma simbiose de ragga, funaná, morna, funk e funaná.



O já habitual Tropical Som anima a noite de hoje no Quintal da Música. Amanhã é a vez de Albertino, Zeca Couto e Totinho darem voz e boa música aos que se deslocarem àquele espaço praiense. Terça-feira à noite é dia de batuque com Batucadeiras da Várzea de Companhia. Na quarta-feira, 18, véspera da festa do município da Praia, os convidados são Bino Preto, Kiss e Beto. Todos os concertos começam às 21 horas.

